



## **PROJECTO**

### **JUNTA-TE À LUTA CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES DEFENDER OS DIREITOS DOS TRABALHADORES**

A situação internacional não mudou muito desde o nosso 12º Congresso em Kathmandu, a crise global do sistema capitalista que atingiu uma grande parte do mundo desde 2008 ainda continua o seu curso. A crise da sobreprodução ataca as forças do trabalho e favorece a destruição dos direitos dos trabalhadores na maioria dos países. A concentração da riqueza e recursos está a produzir desigualdades cada vez mais profundas. Milhares de milhões de pessoas são obrigadas a viver abaixo da linha da pobreza, enquanto 1% da população mundial detém a grande maioria da riqueza do planeta. Em todos os países capitalistas, o grande capital movimenta-se para atacar as condições de vida dos trabalhadores, para diminuir as suas protecções e aumentar os lucros. A exploração do homem pelo homem voltou a ser a figura que domina o mundo.

A centralização e concentração do capital e riqueza; a financeirização da economia; o ataque sistemático contra as funções sociais do Estado conquistadas pela luta dos trabalhadores e dos povos; a mercantilização de todas as esferas da vida social, numa lógica de privatização de tudo o que possa gerar maior rendimento para o capital; os ataques contra o direito internacional e a soberania dos estados; a centralização do poder político e a sua sujeição ao poder económico e as estratégias de militarização das relações internacionais, são as características das políticas capitalistas que dominam a maioria dos países do mundo.

A concorrência interimperialista resulta numa ofensiva violenta contra os trabalhadores e massas populares, através de uma forte agressão contra a soberania dos Estados, centralizando o poder e utilizando cada vez mais a opção militar para reprimir as lutas dos trabalhadores e a exigência de justiça social.

A continuada agressão contra a Venezuela, o endurecimento do embargo contra Cuba, a situação de ataques constantes contra o povo sírio e palestino, as sanções injustificadas e agressivas contra o Irão, o problema de Chipre e o lançamento constante de bloqueios, ingerências, agressões, ocupações, chantagens, embargos são apenas alguns exemplos, que causam a morte e o sofrimento de milhões de seres humanos, muitos deles forçados a deixar os seus países de origem como migrantes e refugiados.

Ao mesmo tempo, os blocos capitalistas, como os EUA e a União Europeia, lançam guerras comerciais, para tentar garantir a sua supremacia, tendo em vista o crescente peso de outras nações, como a China, na economia mundial.

Ao mesmo tempo, os EUA e a UE fortalecem permanentemente a agressividade da NATO e tentam alargar o seu âmbito de acção para o mundo inteiro.

A exploração dos trabalhadores, mulheres e homens, está a aumentar e intensifica-se em todo o mundo, e é cada vez mais claro que os direitos estão a ser negados e que a exploração da sua força de trabalho aumenta com salários cada vez mais baixos. Na busca de políticas neoliberais agressivas ditadas pelo FMI/Banco Mundial, o racismo também é uma arma para afastar os meios de subsistência da classe trabalhadora. As forças capitalistas utilizam o comunalismo e questões étnicas para dividir a unidade da classe trabalhadora nalguns países.

Esta situação internacional muito preocupante e instável exige, mais do que nunca, uma resistência e um combate fortes e permanentes do movimento sindical de classe e o reforço da solidariedade internacionalista dos trabalhadores.

A função da administração pública é trabalhar pela eliminação das desigualdades, fornecer aos cidadãos serviços adaptados às necessidades de todos e, em particular, às famílias dos trabalhadores e sectores populares que não têm possibilidades económicas de utilizar serviços caros administrados pelos privados. Em todo o mundo, no entanto, assistimos a um declínio acentuado desta função fundamental da administração pública, e as desigualdades crescem a cada dia, sem que haja meios de compensá-las. As elites do mundo estão agora a uma distância económica sideral do povo e os seus rendimentos crescem cada vez mais graças à exploração do homem pelo homem e do homem sobre a natureza.

A transformação do Estado num Estado mínimo para os trabalhadores e os povos e máximo para o capital, um Estado sempre pronto para apoiar e resgatar financeiramente grandes bancos privados e multinacionais, com injeções directas de capital ou com várias isenções fiscais que lhes permitem livrar-se de qualquer tributação. O fortalecimento dos instrumentos e mecanismos de repressão – os grandes pacotes de privatizações (que expulsam o Estado dos seus instrumentos de intervenção económica), o processo gradual, mas acelerado, de perda de soberania e independência nacional, o vasto conjunto de instrumentos legais que penalizam a classe trabalhadora, enfraquecem direitos, garantias e liberdades e tentam satisfazer a fome insaciável de mais exploração e mais lucro.

Em todos os continentes, mesmo que sob diferentes formas, o capital tenta recuperar o que os trabalhadores conquistaram em termos de direitos e avanços sociais. O fim da experiência socialista na URSS fez com que o espírito animalesco do capital aumentasse novamente na sua insaciável fome de lucros. A fúria da

privatização atacou primeiro sectores estratégicos como energia, telecomunicações, etc. e depois, através de uma campanha incessante de ataque a serviços públicos para demonstrar a sua baixa operacionalidade, impulsionou os processos de privatização e compra dos sectores públicos mais lucrativos em todo o mundo. A fim de obter um consenso sobre estes processos entre cidadãos e trabalhadores, eles também adoptaram há anos uma estratégia de desmantelamento dos serviços públicos, negando o financiamento necessário para garantir o seu bom funcionamento. Dessa maneira, convenceram milhões de pessoas que o serviço público já não era capaz de garantir intervenções de qualidade e que o uso de estruturas privadas era agora inevitável nomeadamente nas áreas da saúde, segurança social e educação. Os governos de muitos países ofereceram mais ajuda a empresas privadas do que às estruturas públicas. Nessa situação, os funcionários do serviço público foram atacados nos seus salários e contratação colectiva, tendo sido reduzidos em todo o lado, tendo também aumentado as suas cargas de trabalho. A principal tendência que surge em todo o lado é a precariedade e a chantagem económica.

Através de um ataque a nível mundial ao direito a greve, organização e negociação, o objectivo é tornar a luta de classes impraticável ou irrelevante. A redução, quase ao ponto de desaparecer em muitos países, dos direitos e ferramentas fundamentais para a organização de classe dos trabalhadores na justa reivindicação dos seus direitos, dificulta cada vez mais a organização da resistência contra a agenda capitalista.

Ao mesmo tempo assistimos a um papel muito negativo desempenhado pelos sindicatos - na sua grande maioria membros da CSI e das suas estruturas regionais - que frequentemente acompanham e se submetem aos ditames da burguesia, às estruturas supranacionais do capital e aos patrões. Estes sindicatos representam, em muitos países, mais um entrave ao desenvolvimento da luta de classes.

Frequentemente, os trabalhadores organizados em sindicatos de classe têm que lutar não apenas contra os patrões e administrações públicas, mas também contra esses sindicatos, que os apoiam na imposição de um modelo de sociedade que visa satisfazer os interesses das empresas e da burguesia.

O movimento sindical de classe, profundamente empenhado na luta dos trabalhadores para defender os seus direitos e serviços públicos, desempenha um papel fundamental contra o avanço do capital. Os patrões, utilizando todas as ferramentas à sua disposição, fazem todo o possível para aprofundar a exploração dos trabalhadores, pisando as conquistas e liberdades do povo, para manter o seu domínio.

Fortalecer a unidade e a coesão dos trabalhadores em torno dos seus sindicatos de massas e de classe no local de trabalho, bem como as estruturas regionais e internacionais da FSM, é crucial para o desenvolvimento das reivindicações, lutas e consciência de classe dos trabalhadores, especialmente dos trabalhadores da

administração pública e empresas estatais. Este fortalecimento também exige a unidade de acção de todos os trabalhadores e a luta contra o sindicalismo reformista promovido pela CSI para derrotar a ideologia burguesa que eles incutem no seio da classe trabalhadora.

A Administração Pública está a mudar muito rapidamente e é necessário e urgente que as organizações dos trabalhadores também lidem com essas mudanças, adaptando a análise e identificando as devidas medidas para lidar com elas.

O surgimento cada vez mais rápido da digitalização, bem como o crescimento da Quarta Revolução – 4.0, está a produzir uma profunda transformação no modo de produção, mesmo nas administrações públicas.

Nas últimas décadas, o número de tarefas de baixo valor acrescentado que foram substituídas por máquinas e robôs sofisticados, capazes de acelerar a produção, reduziram bastante a necessidade da actividade humana, crescendo exponencialmente. Nomeadamente, no que diz respeito às administrações públicas, o aparecimento e a consolidação da Internet contribuíram para uma profunda reestruturação dos escritórios e dos serviços prestados ao público. Nesta reestruturação, que apenas começou e que ainda não manifestou todas as suas consequências, milhões de empregos foram perdidos em todo o mundo, principalmente os empregos menos qualificados e com baixo valor acrescentado. As previsões que surgem em todos os gabinetes dos chefes tentam atribuir uma espécie de equilíbrio contabilístico entre os empregos perdidos nas profissões mais pobres e os novos empregos altamente profissionais, especialmente no campo de TI. Entretanto, nos países mais avançados tecnologicamente, algumas das funções da administração pública são disponibilizadas ao público através do acesso à Internet, reduzindo assim não apenas o tempo necessário para a realização de procedimentos burocráticos, mas também o número de funcionários necessários para executá-las. A baixa difusão de conhecimentos de informática entre as populações de países ainda não totalmente desenvolvidos em termos tecnológicos e entre a população cada vez mais idosa dos países desenvolvidos, mas com uma baixa taxa de natalidade, permite que as administrações públicas explorem essa situação e criem actividades privadas para substituir as suas actividades.

Todas as grandes revoluções tecnológicas produziram uma mudança no modo de produção, não apenas na indústria, mas também nas administrações públicas, todas as grandes revoluções tecnológicas produziram mudanças importantes nas tarefas dos trabalhadores e, muitas vezes, também reduções significativas de empregos. A compensação nunca foi imediata ou indolor. Milhões de trabalhadores também perderam os seus empregos na administração pública, que, como a indústria, não foi capaz de encontrar meios colectivos de evitar essa situação.

Trabalhar menos tempo com trabalho para todos é agora mais do que nunca uma palavra de ordem a ser relançada em todo o mundo, abrindo uma batalha para

garantir, através da forte redução do tempo de trabalho com salário igual, que a mudança do modo de produção não seja paga pelos trabalhadores em termos de menos emprego, mas usado para redistribuir entre mais pessoas o trabalho necessário e existente.

Embora seja fundamental atacar vigorosa e decisivamente as mudanças estruturais que também afectam a administração pública, identificando os objectivos apropriados a serem prosseguidos, a luta permanece central para o sucesso do projecto.

- Pelo direito a salários justos;
- Por serviços públicos modernos, eficientes, de qualidade, universais e gratuitos, para responder às reais necessidades dos trabalhadores e populações – especialmente na saúde, segurança social, educação, justiça e bens primários, contra a sua externalização ou privatização, recusando o seu uso para fins acumulação de lucros;
- Pelos direitos dos trabalhadores à progressão nas suas carreiras com o conseqüente aumento salarial;
- Pela melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores da Administração Pública compatíveis com a sua vida pessoal e familiar;
- Pelo fim da precariedade dos contratos de trabalho e por garantias de estabilidade no emprego público, para garantir a sua independência em relação aos governos capitalistas, tanto na administração central, regional e local, como nos sectores de propriedade do Estado;
- Pelo exercício do direito à liberdade sindical (associação, reuniões, manifestações, participação, etc.) em todos os locais de trabalho e o direito à negociação e contratação colectiva;
- Lutar pela igualdade de oportunidades, condições de trabalho e salários para homens e mulheres trabalhadores;
- Implementar políticas sociais que respondam aos interesses do povo e dos trabalhadores por uma distribuição mais equitativa da riqueza, com a rejeição das políticas sociais de caridade;
- Pela rejeição de todas as políticas neoliberais e de austeridade que em várias partes do mundo tentam destruir os direitos laborais e sociais dos trabalhadores e dos povos;
- Lutar pela paz e solidariedade internacionalista contra a guerra, militarismo, agressão, ingerência e bloqueios que lesam os interesses dos trabalhadores e dos povos – em defesa da soberania nacional, para que o povo possa decidir livremente o seu próprio destino.

O nosso programa de luta precisa, para ser realizado, de uma organização internacional coesa, determinada e consciente da sua força e seu papel como vanguarda das lutas pela transformação social.

A filiação é a base de um sindicato, mas a consciência de classe também é

indissociável. Na ausência de política de classe, os sindicatos esquecem a luta de classes e tentam colaborar com a burguesia.

A estrutura de direcção do UIS Serviços Públicos, de acordo com a decisão aprovada no 17º Congresso Mundial da FSM em Durban, África do Sul, actuou nos últimos anos para relançar e fortalecer a UIS e toda a Federação Sindical Mundial. O relatório da actividade realizada desde o 12º Congresso de Kathmandu até hoje está cheio de iniciativas, reuniões, encontros regionais e participação em iniciativas em todo o mundo. Foi criado um site, [www.tui-ps.org](http://www.tui-ps.org), uma página no facebook, @tui.publicservices. Infelizmente, os esforços realizados para tornar a ligação entre as várias organizações da UIS Serviços Públicos mais ágil e útil não atingiram completamente o objectivo. Apenas algumas centenas de nossos membros visitam o site, assim como a página do facebook.

Sobretudo, as várias organizações não enviaram notícias sobre as suas actividades nos seus países e isso tornou essas ferramentas estéreis e pouco atraentes. Mesmo o fracasso da grande maioria das organizações em pagar as suas quotas regularmente tornou muito difícil garantir a presença de membros da direcção em iniciativas que foram realizadas no mundo. Apesar disso, temos realizado o Dia Internacional da Luta contra a Privatização todos os anos, com uma participação bastante boa, principalmente na Europa, Ásia e América Latina, mantemos relações com organizações filiadas, aumentámos o número de sindicatos membros de UIS Serviços Públicos, especialmente na Ásia e América Latina.

O nosso trabalho nos últimos quatro anos é satisfatório. Mas a assiduidade dos escritórios regionais e vice-presidentes deve ser redefinida. Pelo menos uma vez por ano, deve ser convocada uma reunião regional com a presença do Presidente, Secretário-geral da UIS e do representante da FSM. Só assim podemos analisar criticamente as situações em cada país e as lutas em curso. Comissões Executivas regionais podem ser constituídas para esse fim.

Será, portanto, a tarefa da nova direcção, que será indicada pelo nosso Congresso.

1. Continuar a desenvolver a nossa actividade, organizando e reforçando as lutas e acções no nosso sector, a nível nacional, regional e mundial, e promovendo e fortalecendo a unidade de acção e a convergência de acções dos nossos membros e amigos em cada país e globalmente.
2. Celebrar condignamente o 75º aniversário da fundação da Federação Sindical Mundial, encontrar a solução para a falta de disposição das organizações filiadas em colaborar para o crescimento da UIS Serviços Públicos e para a afirmação dos princípios e orientações que a FSM decidiu em Durban.

3. A meta estabelecida em Durban de 100 milhões de membros até ao próximo Congresso Mundial da FSM também é uma meta da UIS Serviços Públicos e esse certamente deve ser um dos nossos principais compromissos. A UIS crescerá e será fortalecida se as relações regionais crescerem e se fortalecerem, se houver empenho em alcançar e conseguir os objectivos de crescimento, fortalecimento e a união internacional de classe, combativa, unida, moderna e independente.

Chipre, 16 e 17 de Novembro

*União Internacional dos Sindicatos dos Serviços Públicos*